RGI

N:

ESCRITURA DE COMPRA E VENDA

VENDEDOR:

COMPRADORA:

IMÓVEL:

VALOR DA VENDA E COMPRA: R\$

VALOR VENAL DE REFERÊNCIA: R\$

INSCRIÇÃO CADASTRAL:

S A I B A M quantos esta pública escritura virem aos ---- (--) dias do mês de --- do ano-----, nesta Cidade e Capital de XXXX, na sede do Outorgante Vendedor, em diligência, onde a chamado vim, perante mim Escrevente e o Substituto Tabelião, que está subscreve, compareceram partes entre si, justas e contratadas, a saber: de um lado, como OUTORGANTE VENDEDOR, doravante denominado apenas VENDEDOR:-----, com sede----, inscrito no CNPJ/MF sob ${\tt n^{\circ}}$ -----, no Registro de Empresas sob NIRE -------, com seu estatuto social consolidado, aprovado pela Assembléia Geral Extraordinária realizada em --------, cuja ata acha-se registrada na Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP, sob nº -------- em -----; neste ato, de conformidade com artigo de seu referido estatuto social consolidado, o qual encontra-se arquivado nestas notas em pasta própria nº ------- sendo neste ato representado por dois, dentre os seus procuradores: -----, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG ----- inscrito no CPF/MF sob o n° ------, ----------, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da cédula

```
de identidade RG n° -----, inscrito no CPF/MF
        n° -----,
brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de
identidade RG n° -----, inscrito no CPF/MF
sob o n° -----, ------,
brasileira, casada, engenheira, portadora da cédula de
identidade RG n° 8.197.882/SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o n°
003.594.988-09, todos domiciliados nesta Capital, com endereço
            ----,
procuração lavrada em -----, no --- Tabelião de
Notas de -----, no livro ----- às fls. -----, cuja
certidão expedida em -----, acha-se arquivada nestas
notas em pasta própria sob n^{\circ} -----, e de outro lado,
como OUTORGADO (A) COMPRADOR (A), doravante denominada apenas
               (A):
COMPRADOR
         (a), PROFISSÃO, portador (a) da cédula
brasileiro
identidade RG n° -----, inscrito (a) no CPF/MF
sob n^{\circ} -----, casado (a) sob o regime da
XXXXX, na vigência da Lei n° 6.515/77, matrimônio realizado em
----, conforme certidão de casamento expedida pelo Oficial de
Registro Civil do -- Subdistrito - ----, desta Capital,
termo n°----, livro ---, fls.----, com ------
----, brasileiro (a), PROFISSÃO, portador (a) da
cédula de identidade RG n° -----, inscrito
(a) no CPF/MF sob n^{\circ} -----, residentes e
domiciliados em -----, na Rua ------
----- n° ----, bairro----- (CEP -----). Os
presentes capazes, e face aos documentos apresentados em seus
originais, foram identificados por mim escrevente, dou fé.
Pelo VENDEDOR me foi dito o que é senhor e legítimo
proprietário do seguinte imóvel: ------
______
_____
distrito, município, comarca e ---- Circunscrição Imobiliária
desta Capital, contendo a área útil de ----- e área comum
de -----, nesta incluída área de -----, com a área
total de ----, correspondendo-lhe uma fração ideal no
terreno condominial de -----, ou seja, -----,
cabendo a esse apartamento, ---- vaga na garagem coletiva do
condomínio, para estacionamento de ---- veículo de passeio,
tipo médio, em local indeterminado. O referido edifício acha-
se construído em terreno descrito na matricula nº -----
---, deste Cartório. Cadastrado pela Prefeitura do Município
de -----, sob n° de inscrição -----
-, com valor venal de referência de R$ -----,
```

para o presente ato. Referido imóvel foi havido, por ele **VENDEDOR,** de -----e sua mulher ----------, através de Carta de Arrematação, passada em --------, nos termos do Decreto Lei -----, registrada sob nº ---- na matrícula nº -----, do -----Registro de Imóveis de XXXX. 2) Que possuindo o referido imóvel livre e desembaraçado de quaisquer ônus, inclusive dúvidas e dívidas legais ou convencionais, débitos fiscais ou dívidas de quaisquer natureza, vende-o, como de fato vendido o tem, o COMPRADOR (A), conforme Ata e recibo de Leilão Público, realizado em XX/XX/XXXX, pelo Leiloeiro Oficial XXXX, pelo _____ (----), de importância dá a mais ampla e irrevogável quitação de pago e satisfeito de todo o preço, para não mais exigir outro pagamento, desde já cede e transfere ao COMPRADOR (A) todo domínio, posse, direitos e ação que sobre o imóvel tinha e vinha exercendo, para que dele possa a mesma usar, gozar e livremente dispor, como seu que fica sendo de ora em diante, obrigando-se por si e seus sucessores, a fazer a presente venda sempre boa, firme e valiosa e a responder pela evicção de direito, na forma da Lei. 3) O VENDEDOR declara que o imóvel encontra-se ocupado/desocupado, como adiante se verá. 4) O VENDEDOR apresenta neste ato as seguintes certidões: ----._____

Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União b) Certidão de Propriedade com Negativa de Ônus e Alienação expedida pelo ---- Registro de Imóveis desta Capital, em -------, a qual fica arquivada nestas Notas em pasta própria nº ----; declara, expressamente, sob responsabilidade civil e criminal, que não há contra ele nenhum feito ajuizado por ações reais ou pessoais reipersecutórias que envolvam o imóvel ora alienado, tudo para os fins previstos na Lei Federal nº 7.433/85, regulamentada pelo Decreto nº 93.240/86, e que não existe débitos condominiais pendentes. 5) Todas as despesas com a presente, inclusive com emolumentos de Cartório de Notas e Registro de Imóveis, assim como tributos devidos sobre a são de responsabilidade do COMPRADOR (A). 6) - A COMPRADOR (A) declara: a) ter pleno conhecimento da Lei nº 7.433/85 e seu regulamento, Decreto nº 93.240/86 e aceita a declaração prestada pelo VENDEDOR, dispensando o mesmo da apresentação das demais certidões a que alude a Lei Federal nº 7.433/85 e seu regulamento, Decreto n° 93.240/86; **b)** que a posse indireta/direta do referido imóvel foi transferida em partir desta bem como assume, a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos e taxas incidentes sobre o imóvel, obrigando-se também, a partir dessa data, a atender, sem direito a ressarcimento, as exigências dos poderes públicos em relação ao imóvel objeto desta; c) ter ciência do estado de conservação em que se encontra o imóvel, assumindo, neste ato, a responsabilidade por eventuais reparos necessários; d) que eventuais benfeitorias, quer necessárias ou voluptuárias, realizadas no imóvel a partir da data da transferência da posse, serão de sua inteira exclusiva responsabilidade, inclusive as decorrentes de ditas benfeitorias perante os competentes órgãos públicos, Municipal, Prefeitura INSS, bem como trabalhistas ou despesas destes decorrentes; e) receber, neste toda documentação do **VENDEDOR**, necessária ao registro deste título junto ao Registro de Imóveis competente, razão pela qual o **VENDEDOR** fica isento de qualquer responsabilidade na hipótese do COMPRADOR (A) apresentar esta escritura para registro após o vencimento da mencionada documentação, cuja renovação venha a demorar em decorrência de ação judicial e/ou pendências administrativas junto ao órgão público competente; ter conhecimento que 0 imóvel encontra-se por terceiros, ocupado/desocupado que neste 0 expressamente aceito por ele COMPRADOR (A), que assume despesas necessárias por sua obrigações e as desocupação; g) ter pleno conhecimento da existência da ação _____ Curso: Ordinária, processo nº trâmite perante a ----- Vara Cível do Foro de -----, previamente informada nos editais, catálogos e outros meios de divulgação leilão; **h)** que em razão da ação judicial do mencionada cláusula anterior partes na as convencionam expressamente que no caso de decisão judicial com trânsito em julgado que decretar a anulação do título aquisitivo a sua responsabilidade pela evicção de direito VENDEDOR, ficará limitada nos termos do art. 448 do código Civil, devolução do valor recebido pela venda e ao reembolso dos valores comprovadamente despendidos pelo COMPRADOR(A) a título de condomínio e IPTU, desde que caracterizado o impedimento ao posse direta do imóvel. da Esses valores atualizados monetariamente pelos mesmos índices aplicados às XXXXX; i) que ele (a) COMPRADOR (A) tem conhecimento obrigatoriedade do registro imobiliário, nos termos dos arts. 1.227 e 1.245 do Código Civil combinado com os arts. 169 e 172 da Lei dos Registros Públicos (Lei nº 6.015/73), requerendo

assim ao Douto Oficial do Registro de Imóveis competente, a atos de registro todos OS que para a perfeita produção dos necessários efeitos perante terceiros do presente título; j) que ele (a) COMPRADOR (A) tem conhecimento inclusive que, enquanto não se registrar o **VENDEDOR** continuará ser havido título translativo, proprietário do imóvel, podendo ser responsabilizado pelos encargos oriundos do bem, portanto, se obriga, a registrar a presente escritura pública, no prazo máximo de 60 (sessenta) lavratura desta escritura; após а k) que COMPRADOR (A) responsabiliza-se pela alteração e atualização cadastral junto à Prefeitura do Município onde se situa o cláusula "1", descrito na assim como perante imóvel concessionárias de água e esgoto, de gás natural e de energia elétrica para seu nome, no prazo máximo de XX (XXX) dias após cumprimento da obrigação de registrar esta escritura no Registro de Imóveis competente. 6. DECLARAÇÃO CONJUNTA: Pelo VENDEDOR e pelo (a) COMPRADOR (A) foi dito que: a) todo o referido é a expressão da verdade e vontade das partes, e que têm pleno conhecimento do que dispõe a Lei Federal 7.433/1985, regulamentada pelo Decreto n° 93.240/1986, que versam sobre os requisitos para a lavratura de escritura pública; b) aceitam esta escritura em todos os seus expressos termos; c) o ora COMPRADOR (A) responsabiliza-se pelo pagamento de todas as impostos e despesas do imóvel, inclusive despesas condominiais, a partir da posse; d) a presente venda é feita caráter "Ad - Corpus", não cabendo, portanto, COMPRADOR (A), o direito a reclamação de eventual complemento de área, abatimento de preço ou rescisão contratual; e) para fins do provimento 08/2012, da Corregedoria Geral da Justiça, que foram orientados por este Tabelionato de Notas acerca da possibilidade de obtenção prévia de certidão negativa débitos trabalhistas, em nome do VENDEDOR, através do site www.tst.jus.br, nos termos do artigo 642-A da "CLT"; os Requerem autorizam todos registros е averbações е decorrentes da presente escritura junto ao Oficial do Registro competente. "Declaram os contratantes, responsabilidade civil e penal, que têm conhecimento de todo o teor constante da Resolução COAF n° 29, de 27/12/2017, e que politicamente, expostas que não são pessoas cumprimento ao Provimento 88/2019 do CNJ." 7. DO ITBI: Declara o COMPRADOR (A) que apresenta neste ato a guia comprovando haver recolhido à Prefeitura do Município de XXXX o imposto de transmissão de bens imóveis e de direitos a ele relativos, em ----, na quantia de R\$----, através do Banco ----

, agência, autenticação, conforme guia nº
, transação, da qual uma via acompanha o
primeiro traslado desta escritura, e que, se responsabiliza
plenamente por qualquer diferença, multa, juros ou eventuais
acréscimos que porventura venham a ser apurados sobre c
imposto de transmissão "inter-vivos", isentando este
Tabelionato e o VENDEDOR de quaisquer responsabilidades quanto
ao pagamento do mesmo. A COMPRADORA paga neste ato ao VENDEDOR
a quantia de R\$ a título de reembolso das parcelas
do IPTU relativo ao exercício de XXXX, quitado à vista pelo
VENDEDOR. E assim disseram, dou fé, pediram-me e eu lhes
lavrei a presente escritura, que lida em voz alta e clara,
aceitam em todos os seus expressos termos, por achá-la em tudo
conforme, outorgam e assinam na forma redigida. Foi emitida
Declaração Sobre Operação Imobiliária (DOI), conforme IN/SRF
vigente.